

ACM elogia trabalho do Congresso

De acordo com o senador, período de convocação foi o mais produtivo da história

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), encerrou ontem os trabalhos da convocação extraordinária com um pronunciamento para mostrar que o período foi "o mais produtivo da história" do Legislativo e reclamar reconhecimento ao trabalho dos parlamentares. "O Congresso está a merecer o agradecimento da Nação", afirmou, ao enumerar as propostas apreciadas e aprovadas durante as três semanas de trabalho extra em julho, pelas quais os parlamentares receberam um adicional de R\$ 16 mil ao salário de R\$ 8 mil.

Entre as 23 matérias aprovadas no Senado, ACM destacou a Lei Geral das Telecomunicações, a regulamentação da quebra do monopólio estatal desse setor e também do petróleo, o projeto que pune crimes contra o meio ambiente, o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) — que criou uma nova aposentadoria, paralela ao INSS —, o projeto que autoriza o governo a conceder subsídio à borracha natural, o Estatuto dos Refugiados e o projeto que trata do ensino religioso nas escolas.



Antônio Carlos Magalhães: à espera do "agradecimento da Nação"

Essa foi a quinta convocação extraordinária no governo de Fernando Henrique Cardoso, com um saldo muito positivo para o Executivo. A vitória mais comemorada pelo Palácio do Planalto foi a aprovação em primeiro turno, na Câmara, da emenda que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal

(FEF). A convocação de julho repetiu a meta alcançada em janeiro. Naquele mês, o Congresso, também convocado pelo Execu-

tivo, aprovou a emenda da reeleição.

"Realizamos um trabalho digno do aplauso da Nação, estou certo, e isso é extremamente importante no processo de desenvolvimento econômico do País", defendeu. O presidente do Congresso lembrou que a emenda da reforma da Previdência teve um avanço significativo e afirmou que essa reforma, além da administrativa e da emenda do FEF, serão as prioridades do Senado no segundo semestre.

Ano eleitoral — Entretanto, o senador descarta a possibilidade de o Congresso apreciar reformas que estejam paralisadas, como a reforma tributária. "O governo não tem incentivado a re-

forma tributária", ressaltou. Como 1998 será um ano eleitoral, com o Congresso voltado para as eleições de parlamentares, governadores e presidente da República, ACM acredita que o segundo semestre do ano será sacrificado: "Não é um ano bom para votação das emendas, salvo as que estiverem em curso."

O pronunciamento de ACM, programado há cerca de dez dias, gerou expectativa, mas acabou sendo breve e assistido por apenas sete senadores. O presidente do Senado tentou evitar fazer o discurso num dia em que a Casa já estaria esvaziada, mas a repercussão da crise na base aliada do governo que dominou o Congresso durante a semana o fez desistir de falar na quinta-feira. Ontem, o tom de Antônio Carlos era deliberadamente pacífico. "Agora está tudo resolvido", resumiu.

O presidente do Senado evitou polemizar também sobre o resultado da CPI dos Títulos Públicos, na qual os senadores produziram um segundo relatório para livrar políticos das acusações feitas pelo relator Roberto Requião (PMDB-PR). "(Epitácio) Cafeteira (líder do PPB) disse que a produção do Senado foi tão grande que a CPI fez até dois relatórios", brincou Antônio Carlos, rindo e apontando para o líder pepebista que havia acabado de entrar no plenário, depois da sessão encerrada.

O presidente do Senado (e do Congresso) afirmou que até o fim de setembro pretende encerrar a votação de todas as medidas provisórias que tramitam no Congresso. "Mesmo as polêmicas", acrescentou, lembrando que é um compromisso feito com a oposição, que ele pretende cumprir.

Roberto Castro/AE